

**INEPAR S/A – INDÚSTRIA E  
CONSTRUÇÕES - Em Recuperação  
Judicial**

**Demonstrações Financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de  
2020 e 2019**

## Conteúdo

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Parecer do Conselho Fiscal

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações  
Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor  
Independente

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO** **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31** **DE DEZEMBRO DE 2020**

**Senhores Acionistas.**

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

### **Mensagem da Administração sobre Resultados, Recuperação Judicial e Perspectivas futuras**

#### **Explicando o Prejuízo**

A Companhia vem informar ao Mercado, seus acionistas, colaboradores e parceiros que o resultado negativo de R\$ 542 milhões, não reflete uma posição real de sua situação, devido principalmente as rígidas regras contábeis vigentes que não permitem a contabilização de determinados ativos ou ganhos.

Com relação ao resultado negativo, o mesmo deveu-se a uma reversão de ganho tributário de R\$ 654 milhões que estaria contabilizado no balanço de dezembro de 2020 em função do parcelamento homologado em dezembro/20. Ocorre que, em abril/21, a empresa optou por migrar para este parcelamento e ingressar em um novo programa muito mais benéfico, baseado nas Portarias da PGFN 2.382/2021 e 9.917/2020, o que nos orienta a deixar de contabilizar o ganho de R\$ 654 milhões obtido no parcelamento de dezembro/20.

Baseada nessas novas Portarias que oferecem benefícios especiais às empresas em Recuperação Judicial e que proporcionarão à Companhia reduções que chegarão a 70%, equivalentes a R\$ 1,4 bilhões em relação a posição contábil atual da dívida. Desta forma, em função dessa situação, que é favorável à Companhia, houve uma mudança que seria de um Lucro de R\$ 112 milhões no período, para um prejuízo de R\$ 542 milhões (após a reversão da contabilização do ganho de R\$ 654 milhões), situação essa que será revertida tão logo venhamos a fechar a nova Transação Tributária, o que esperamos aconteça nas próximas semanas.

Este e outros ajustes importantes estarão melhor explicados ao longo dessa mensagem e principalmente no Balanço Gerencial projetado que apresentaremos mais abaixo.

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**

**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

### **Do contexto operacional e de mercado**

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as Organizações Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

No contexto mundial, em função da Pandemia, as economias fortes como China, Estados Unidos e Europa criaram medidas para preservar as empresas e reativar a economia, através do consumo e em investimentos em infraestrutura. Isso deverá ocorrer aqui no Brasil também, principalmente pela crise energética que se aproxima. Vimos nisso uma oportunidade para participarmos de parcela importante desses investimentos.

A inflação, após a aceleração em função da pandemia, deve voltar aos padrões anteriores ao COVID e se normalizar em 2022.

Boa parte dos capitais estrangeiros, quando vem para o Brasil, necessitam encontrar parceiros locais para viabilizar seus investimentos. E é nesse contexto que as empresas Inepar/IESA se apresentam como uma excelente alternativa.

O marco regulatório de Saneamento é outro fator que com certeza impulsionará os investimentos e demandará grande volume de equipamentos e sistemas.

### **Recuperação Judicial - Histórico do período Novembro/14 a Julho/21**

No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2020**

industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo INEPAR, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de R\$ 1,9 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passarão a deter 83,5% de participação societária, podendo o BNDES se tornar um sócio relevante na Inepar.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos “non core” que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 98% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos “claims” em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

Há que se destacar a vitória da IESA Óleo e Gás no processo arbitral que correu em NY/USA, contra a TUPI e PNBV, subsidiárias da Petrobras, decisão essa ocorrida em dezembro/20, e já noticiada através de Fatos Relevantes, o que contribuirá de forma decisiva para alcançarmos o fim do processo de Recuperação Judicial e o soerguimento da empresa.

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO** **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31** **DE DEZEMBRO DE 2020**

Em 04/11/2020 a empresa realizou uma audiência pública com o Juiz da Recuperação Judicial, onde nesta oportunidade exploramos nosso plano para encerramento da Recuperação Judicial, bem como nossa estratégia para proteção de ativos que possibilitarão o pagamento dos compromissos para este encerramento e os pagamentos necessários aos credores concursais fora do biênio e credores extraconcursais.

Também mostramos aos credores e ao Juiz que nossos ativos são maiores que nossos passivos e que o casamento destes proporcionará maior segurança na realização dos compromissos com credores concursais e extraconcursais.

Destacamos também que as inúmeras penhoras e constrições sofridas pela empresa em relação as suas monetizações de ativos, em muito tem atrapalhado a conclusão do plano de recuperação judicial.

Hoje, essas penhoras e bloqueios judiciais ultrapassam os R\$ 300 milhões.

Feita essa audiência e após discussões havidas com os credores presentes, o Juiz da Recuperação nos deu até 25/11/2020 para protocolar uma petição pormenorizando toda nossa proposta para encerramento da Recuperação Judicial, bem como toda nossa proposta para pagamento dos demais credores, sejam eles concursais ou extraconcursais. Tempestivamente cumprimos a determinação judicial.

Com o advento da arbitragem, a empresa achou por bem, em 22/04/21, peticionar novamente nos autos da RJ, revisando o plano de pagamentos que compreende o encerramento da recuperação judicial e o pagamento de diversas dívidas extraconcursais, com ênfase nas trabalhistas, sem esquecer as financeiras e prestadores de serviços.

Adicionalmente, mostrando nossa transparência no processo de recuperação judicial, demonstramos também na petição de 22/04/21 os pagamentos efetuados com o recebimento da primeira tranche da arbitragem.

Com o advento do recebimento da primeira parcela da parte da arbitragem, a empresa realizou os pagamentos concursais das Classes I e IV, incontroversos até aquele momento, e necessários para o encerramento da Recuperação Judicial, além de trabalhistas extraconcursais e financeiros, conforme demonstrado em nossa petição do dia 22/04/21, protocolado nos autos da RJ.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2020**

Com o recebimento da segunda parte da arbitragem a empresa pretende efetuar 100% dos pagamentos incontroversos relativos ao Plano de Recuperação Judicial, bem como avançar e reestruturar a dívida com o BNDES, além de pagamentos extraconcursais principalmente os trabalhistas.

Vale salientar que até o momento a empresa já realizou o pagamento de 99% dos seus compromissos exigíveis para o encerramento da recuperação Judicial, conforme quadro abaixo:

<b>RJ GRUPO INEPAR</b>				
<b>Classe</b>	<b>Saldo incontroverso dentro do biênio (R\$ M)</b>	<b>Saldo incontroverso fora do biênio (R\$ M)</b>	<b>Saldo total devido (R\$ M)</b>	<b>Valor pago até o momento (R\$ M)</b>
Classe I	-	R\$ 13,0	R\$ 13,0	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV		R\$ 14,0	R\$ 14,0	R\$ 12,5
<b>TOTAL</b>	R\$ 21,3	R\$ 368,7	R\$ 390,0	R\$ 2.276,7

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento apenas do BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito, se somarmos os valores liquidados na Classe III, e com saldo dentro do biênio no valor de R\$ 21,3 milhões.

Assim, considerando o total efetivamente pago, é possível constatar que para encerramento da Recuperação Judicial se faz necessário o pagamento de

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2020**

créditos que não somam sequer 1% (hum por cento) do valor total já adimplido pelas Recuperandas.

Outro assunto de extrema importância diz respeito a Companhia ter concluído em Dezembro/20 a revisão geral das suas dívidas tributárias, visando a possibilidade de reduzi-las com base no Programa de Transação Excepcional regulamentada pela Lei 13.988/20 e Portaria PGFN 14.402/2020. Vale salientar que em Dezembro/20 a empresa pagou a primeira parcela deste parcelamento, e autorizou a transferência de um crédito fiscal líquido e certo, de R\$ 18 milhões perante a Receita Federal, para amortização das primeiras 6 parcelas da citada Transação.

Ocorre que, nos termos das Portarias PGFN 2.382/2021 e 9.917/2020, novos benefícios foram oferecidos, especificamente às empresas em Recuperação Judicial e, objetivando usufruir destes melhores benefícios, a empresa requereu, e a Fazenda Nacional concedeu, a possibilidade de migrarmos do parcelamento aprovado em dezembro/2020 para um novo parcelamento mais adequado ao fluxo de caixa da empresa Inepar, podendo atingir os descontos máximos possíveis.

De acordo com essas Portarias as dívidas tributárias objeto desta Transação em esfera administrativa, deverão ser reduzidas em 67%, o que resultará numa dívida tributária de aprox. R\$ 860 milhões, com redução de R\$ 1,4 bilhões em relação a posição contábil atual. Salientamos que ainda estamos conciliando todos os valores em consonância com as regras das Portarias e acreditamos que possamos reduzi-la ainda mais.

Estes valores estão contidos em documentos trocados com a PGFN.

Esperamos nas próximas semanas estar concluindo essa negociação junto a PGFN.

Novamente ressaltamos que a situação tributária acima descrita, onde a empresa está na eminência de fechar um acordo com a PGFN, nos obrigou a uma reversão de R\$ 654 milhões que haviam sido contabilizados como ganho na Transação tributária fechada em dezembro/20, a qual abrimos mão para buscar uma nova transação ainda mais vantajosa.

**Da Continuidade das operações**

Ainda, para fazer frente aos pagamentos, em um ambiente macroeconômico adverso do nosso país, as Empresas das Organizações Inepar efetivou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos: (i) Venda da participação acionária da Ilesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A;



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2020**

(ii) Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.; (iii) Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE; (iv) Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.(atual Energisa Mato Grosso S.A); (v) Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A; (vi) Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara, leilão realizado em 21/05/2018 e (vii) Venda do imóvel localizado em Curitiba, realizada em agosto/20.

Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

I - Operações que poderão ser realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Alienação do imóvel situado no município de Macaé; e
- c) Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

II - Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 1,040 bilhões, cuja expectativa de monetização é acima de R\$ 619 milhões. Tal expectativa se baseia no histórico acima de 50% de recuperação destes créditos pelas companhias, ao longo dos últimos anos.
- b) Estes créditos serão utilizados principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão e outros credores extraconcursais.
- c) Cabe enfatizar que no balanço oficial está contabilizado o investimento nestas Cotas do FIDC, por equivalência, porém seu efeito é nulo no resultado por um provisionamento contingente das Cotas subordinadas.

III – Outras ações em andamento.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2020**

- a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC.

Estes ativos em discussão fora do FIDC, somam hoje aprox. R\$ 1,8 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 680 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 37%, muito abaixo do histórico acima mencionado, demonstrando um conservadorismo nas expectativas de monetização dos mesmos. Cabe frisar que por imposição das Normas Contábeis não é permitido provisionamento de ativos a monetizar e receber, e o balanço oficial não contempla nenhum valor para os mesmos.

Por se tratar de ativos em discussão judicial, não temos como precisar as datas de monetização, porém uma informação importante é que a média das discussões correntes gira em torno de 8 anos, e todos eles tem data de origem igual ou maior que 7 anos.

- b) Dando continuidade ao processo de ajuste dos custos operacionais, no ano de 2020 conseguimos redução de R\$ 11 milhões/ano nas despesas salariais e de R\$ 4 milhões/ano nas despesas operacionais. Esse é um processo contínuo de ajuste da Companhia para sua volta ao mercado;
- c) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes;
- d) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos;
- e) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ.
- f) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar as atividades.
- g) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020, através das Portarias PGFN 2.381/2021 e 9.917/2020. Esta adesão permitirá uma redução significativa no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável na redução de juros, multas e encargos legais.
- h) Assinatura de vários acordos de entendimentos com parceiros multinacionais que deverão ser implementados imediatamente após o levantamento da Recuperação Judicial. A grande maioria destes entendimentos se referem ou a break true tecnológico, ou tecnologias ainda não utilizadas no Brasil. Todos estes novos produtos são em adição as linhas já existentes em nossas empresas.

Após a liquidação parcial dos contratos junto ao BNDES através das Classes II e III do Quadro de Credores da Recuperação Judicial, o que a valores históricos soma mais de R\$ 900 milhões, ainda restou um saldo devedor de contrato no montante de R\$ 363 milhões que foi renegociado para pagamento em 20 anos com correção pela TJLP + 3% a.a. A Administração da Inepar está em contato permanente com o BNDES visando sanar as pendências existentes.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2020**

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial prevista para o segundo semestre de 2021 em vista de termos apenas 1% ainda a pagar conforme já esclarecido acima, a renegociação em conclusão com os principais credores extraconcursais e a eminência da readequação de sua dívida tributária conforme já amplamente explanado Há que se considerar a entrada dos recursos superiores a R\$ 500 milhões obtidos na vitória da arbitragem contra a TUPI e PNBV e várias outras monetizações para fazer face as necessidades de giro. Seguramente, a empresa terá condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e muito melhor habilitada a concluir as negociações com os parceiros estratégicos que com a qualidade de nosso acervo asseguram competitiva posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

É oportuno destacar que as Organizações INEPAR tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade de êxito, resultantes de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privada. A administração dispõe de relatórios pormenorizados quantitativos e qualitativos destes ativos, que ressalta-se não foram incluídos na contabilização do Balanço ora auditado pelos auditores independentes.

No curto prazo, a empresa está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas, e a introdução de novos produtos e sistemas alta de densidade tecnológica com a recuperação da economia brasileira, nossas empresas poderão preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes na infra-estrutura.

Por fim destacamos que o cumprimento do nosso Plano de Pagamentos, protocolado no juízo da RJ em 22/04/2021, com a liberação dos depósitos judiciais de mais de R\$ 300 milhões, será fundamental para o soerguimento da

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2020**

empresa, proporcionando o ambiente necessário para a busca de novos projetos e parceiros estratégicos.

**COVID**

Os reais impactos da pandemia ainda estão sendo mensurados, e seus efeitos colaterais são alvo de diversas medidas governamentais que tentam minimizar seus efeitos.

Do nosso lado, estamos tomando todas medidas sugeridas e impostas pelas autoridades a fim de preservar a vida e a saúde dos nossos trabalhadores.

Pelo lado dos projetos estamos enfrentando um aumento de custos muito acima da inflação, como por exemplo o preço do aço, bem como a falta de matérias primas necessárias ao desenvolvimento dos nossos projetos. Isso causou um aumento de custos e diminuição das margens no período de 2020 e continua em 2021.

A Companhia tomou, e continua tomando uma série de medidas a fim de reduzir custos e postergar gastos com objetivo de enfrentar esse momento de pandemia mundial.

Apresentamos abaixo uma PROJEÇÃO do Balanço Patrimonial de 31/12/2020 com os valores dos ativos (i) monetizáveis compostos pelo FIDC, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC, (iii) com os valores de redução previstos na negociação junto a PGFN do passivo fiscal e por fim (iv) da valorização do ativo no Estaleiro CBD em função dos investimentos realizados pela Petrobras no Estaleiro e que passarão a fazer parte integrante do imóvel conforme reza o contrato de locação de longo prazo. Nenhum destes pontos foram contabilizados no Balanço auditado, em que pese todos os custos relacionados a estes pontos foram devidamente computados e contabilizados.

Tal projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores, em relação às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas. Entendemos que este Balanço Gerencial, demonstra melhor a posição de ativos e passivos da Companhia, uma vez realizados, de forma conservadora, os ativos aqui indicados.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2020**

(Em milhares de reais)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>Balanco Projetado</b>
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>ATIVO</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	304	304
Contas a receber de clientes	501.513	501.513
Títulos e valores mobiliários	9	9
Estoques	5.832	5.832
Títulos a receber	12	12
Impostos a recuperar	26.061	26.061
Outros créditos	15.238	15.238
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>548.969</b>	<b>548.969</b>
<b>Não Circulante</b>		
Contas a receber de clientes	482	482
Partes relacionadas	8.579	8.579
Títulos a receber	7.774	7.774
Títulos e valores mobiliários	688	619.788
Impostos a recuperar	33.696	33.696
Depósitos judiciais	135.821	135.821
Outros créditos	29.146	709.381
Investimentos	248.282	498.282
Imobilizado	220.419	220.419
Intangível	395.925	395.925
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>1.080.812</b>	<b>2.630.147</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.629.781</b>	<b>3.179.116</b>

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31  
DE DEZEMBRO DE 2020**

	Consolidado	
	Balanco Patrimonial 31/12/2020	Balanco Projetado 31/12/2020
<b>PASSIVO</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	91.369	91.369
Financiamentos e empréstimos	376.546	376.546
Debêntures	42.964	42.964
Salários e encargos sociais	187.614	187.614
Impostos e contribuições a recolher	1.395.465	723.671
Dividendos propostos	3.341	3.341
Provisão de custos e encargos	126.297	126.297
Adiantamentos de clientes	38.735	38.735
Títulos a pagar	9.878	9.878
Outras contas a pagar	223.649	223.649
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>2.495.858</b>	<b>1.824.064</b>
<b>Não Circulante</b>		
Financiamentos e empréstimos	263.414	263.414
Debêntures	194.549	194.549
Salários e encargos sociais	2.577	2.577
Impostos e contribuições a recolher	233.083	233.083
Partes relacionadas	81.352	81.352
Impostos diferidos	55.685	333.661
Adiantamentos de clientes	-	-
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisão para contingências	865.721	100.264
Provisão para passivo a descoberto	7.085	7.085
Outras contas a pagar	2.274	2.274
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>1.708.043</b>	<b>1.220.562</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
<b>Patrimônio líquido da controladora</b>		
Capital social	429.211	429.211
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	180.292	180.292
Reserva de reavaliação	25.571	275.571
Debêntures perpétuas	319.014	319.014
Créditos quirografários a converter	31.837	31.837
Prejuízos acumulados	(4.391.847)	(1.933.237)
Ajuste de avaliação patrimonial	834.007	834.007
Participação dos minoritários	868	868
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(2.574.120)</b>	<b>134.490</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.629.781</b>	<b>3.179.116</b>

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**

**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

### **Notas explicativas**

**01-** No Balanço Patrimonial de 31/12/2020, a Companhia não registrou os valores dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço projetado da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes das Organizações Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos.

**02-** As linha de investimentos tiveram um aumento devido às benfeitorias realizadas pela Petrobrás nas instalações do Estaleiro CBD, cuja nossa participação é de aprox. 50%.

Este Estaleiro está alugado para a Petrobrás num contrato de longo prazo e, conforme contrato, todas as benfeitorias e equipamentos instalados no imóvel serão incorporados ao mesmo.

**03-** Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários estão lançados os ativos aportados no FIDC Taranis-NP.

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal qual como definidos pela legislação vigente.

As Companhias efetuaram um aporte no valor de R\$ 619,1 milhões, através dos créditos oriundos de processos judiciais em andamento, que hoje somam aprox. R\$ 1,040 bi. A monetização destes ativos tem sua eficácia comprovada historicamente acima de 50% e foram analisados e avaliados por empresas especializadas que acataram o valor de face com um desconto por eventuais insucessos, superior a 40%

Também na rubrica de Outros Créditos temos os ativos (claims) em discussão fora do FIDC, de aprox. R\$ 1,8 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 680 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 37%, muito abaixo do histórico acima mencionado, demonstrando um conservadorismo nas expectativas de monetização dos mesmos.

**04-** Na rubrica de Impostos e Contribuições a recolher, bem como na linha de contingências, a redução prevista refere-se ao enquadramento da Companhia e suas subsidiárias nos programas de renegociação das dívidas tributárias através da Transação Individual prevista nos termos das Portarias PGFN 2.382/2021 e 9.917/2020, podendo atingir descontos de até 70% do total da dívida, podendo chegar a R\$ 1.4 bilhão em relação a posição contábil atual.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2020**

Desta forma, para melhor explicar os ajustes gerencias, segue abaixo uma tabela demonstrativa da situação do nosso Patrimônio Líquidos após estes ajustes projetados, em R\$ milhões:

(+) Ganhos na Transação Tributária	-	R\$ 1.437
(+) FIDC Taranis	-	R\$ 619
(-) Provisão Impostos	-	R\$ (278)
(+) Ativos (Claims) fora do FIDC	-	R\$ 680
(+) Valorização investimento CBD	-	R\$ 250
(=) Patrimônio Líquido PROJETADO	-	R\$ 134

**AUDITORIA EXTERNA**

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste exercício encerrado em 31/12/2020 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela B.L.B. Auditores Independentes SS. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia está conseguindo realizar parte de seus ativos e com esses recursos estão liquidando as obrigações do plano de recuperação judicial, há também uma previsão de parcelamento, e por consequência, a redução significativa dos débitos tributários, no que tange a multas e juros incorridos, e esses fatores somados, à medida que forem*



**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2020**

*efetivados, contribuirão para o retorno da operação do seu parque fabril”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes BLB , a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	21	20	304	575
Clientes	6	378	8.549	501.513	135.450
Títulos e valores mobiliários	7	9	32.784	9	33.384
Estoques	8	-	-	5.832	7.360
Títulos a receber	9	-	-	12	-
Impostos a recuperar	10	4.798	4.941	26.061	27.135
Dividendos a receber		-	-	73	73
Despesas antecipadas		-	15	-	15
Outros créditos	11	9.509	34.403	15.165	45.972
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>14.715</b>	<b>80.712</b>	<b>548.969</b>	<b>249.964</b>
<b>Não Circulante</b>					
Clientes	6	482	482	482	482
Partes relacionadas	21	339.977	410.852	8.579	67.885
Títulos a receber	9	7.774	7.774	7.774	7.774
Títulos e valores mobiliários	7	-	400	688	1.088
Impostos a recuperar	10	12.386	31.629	33.696	72.867
Depósitos judiciais		82.569	14.385	135.821	67.834
Outros créditos	11	28.482	350	29.146	396
Investimentos	12	325.839	391.430	248.282	260.491
Imobilizado	13	81.898	116.774	220.419	272.840
Intangível	14	391.513	391.513	395.925	406.558
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>1.270.920</b>	<b>1.365.589</b>	<b>1.080.812</b>	<b>1.158.215</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.285.635</b>	<b>1.446.301</b>	<b>1.629.781</b>	<b>1.408.179</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		32.170	29.969	91.369	115.644
Financiamentos e empréstimos	15	161.524	111.995	376.546	241.487
Debêntures	16	42.964	120.353	42.964	120.353
Salários e encargos sociais		11.317	31.872	187.614	415.283
Impostos e contribuições a recolher	17	729.886	420.448	1.395.465	771.915
Dividendos propostos		3.317	3.317	3.341	3.341
Provisão de custos e encargos	18	-	-	126.297	115.575
Adiantamentos de clientes	19	-	-	38.735	148.793
Títulos a pagar		9.878	40.668	9.878	40.668
Outras contas a pagar	24	128.842	132.378	223.649	192.443
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>1.119.898</b>	<b>891.000</b>	<b>2.495.858</b>	<b>2.165.502</b>
<b>Não Circulante</b>					
Financiamentos e empréstimos	15	263.414	276.417	263.414	296.210
Debêntures	16	194.549	-	194.549	-
Salários e encargos sociais		-	-	2.577	2.562
Impostos e contribuições a recolher	17	28.617	263.926	233.083	290.413
Partes relacionadas a pagar	21	434.183	375.475	81.352	43.754
Impostos diferidos passivos	20.1	26.735	30.967	55.685	103.795
Provisão de custos e encargos	18	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão para contingências	22	636.098	242.510	865.721	517.411
Provisão para passivo a descoberto	23	1.153.544	1.327.252	7.085	1.262
Outras contas a pagar	24	1.282	-	2.274	965
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>2.740.725</b>	<b>2.518.850</b>	<b>1.708.043</b>	<b>1.258.675</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	25	429.211	412.484	429.211	412.484
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital		180.292	180.292	180.292	180.292
Reserva de reavaliação		25.571	31.188	25.571	31.188
Debêntures perpétuas		319.014	335.741	319.014	335.741
Créditos quirografários a converter		31.837	99.157	31.837	99.157
Prejuízos acumulados		(4.391.847)	(3.861.734)	(4.391.847)	(3.861.734)
Ajuste de avaliação patrimonial		834.007	842.396	834.007	842.396
		<b>(2.574.988)</b>	<b>(1.963.549)</b>	<b>(2.574.988)</b>	<b>(1.963.549)</b>
<b>Participação dos Não Controladores</b>		-	-	868	(52.449)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>(2.574.988)</b>	<b>(1.963.549)</b>	<b>(2.574.120)</b>	<b>(2.015.998)</b>
<b>Total do Passivo e do Passivo a Descoberto</b>		<b>1.285.635</b>	<b>1.446.301</b>	<b>1.629.781</b>	<b>1.408.179</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	27	-	<b>7.681</b>	<b>13.143</b>
Custos dos produtos e serviços	-	-	(5.287)	(11.143)
<b>Lucro bruto</b>	-	-	<b>2.394</b>	<b>2.000</b>
<b>Receitas [despesas] operacionais</b>	<b>(364.647)</b>	<b>(377.986)</b>	<b>(270.613)</b>	<b>(334.508)</b>
Despesas com vendas	-	-	(2.512)	(3.796)
Perdas no recebimento de crédito com clientes	(18.238)	(14.837)	(19.432)	(57.775)
Administrativas e gerais	(30.117)	(47.303)	(71.380)	(107.216)
Provisões para contingências	(472.868)	(97.878)	(485.241)	(188.072)
Outras receitas e despesas operacionais	44.911	120.335	324.439	28.028
Provisões de perdas sobre investimentos	(23)	-	(23)	-
Resultado da equivalência patrimonial	12	111.688	(338.303)	(5.677)
<b>Resultado operacional</b>	<b>(364.647)</b>	<b>(377.986)</b>	<b>(268.219)</b>	<b>(332.508)</b>
Despesas financeiras	28	(169.303)	(76.749)	(237.658)
Receitas financeiras	28	6.174	3.228	7.270
<b>Resultado antes do imposto de renda</b>	<b>(527.776)</b>	<b>(451.507)</b>	<b>(498.607)</b>	<b>(463.786)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	20.2	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	20.2	(15.010)	408	9.837
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(542.786)</b>	<b>(451.099)</b>	<b>(488.770)</b>	<b>(464.071)</b>
<b>Atribuído a:</b>				
<b>Participação dos acionistas controladores</b>			<b>(542.786)</b>	<b>(451.099)</b>
<b>Participação dos acionistas não-controladores</b>			<b>54.016</b>	<b>(12.972)</b>
			<b>(488.770)</b>	<b>(464.071)</b>
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício		5.047.172		4.812.385
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício		<u>3.156.808</u>		<u>3.156.807</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		(63.709,80)		(19.223,04)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$		<u>(70.080,78)</u>		<u>(21.145,35)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

Período findo em 31 de dezembro de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Debêntures Perpétuas	Créditos a Converter	Outros Resultados Abrangentes			Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controladores no Patr.Liq. das Controladas	Total Patrimônio Líquido	
	Subscrito	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital				Ações em Tesouraria	Reservas de Reavaliação	Custo Atribuído AAP				Ajuste de Avaliação Patrimonial
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>408.311</b>	<b>(3.073)</b>	<b>155.272</b>	<b>(8.303)</b>	<b>(3.409.422)</b>	<b>246.849</b>	<b>244.759</b>	<b>32.120</b>	<b>49.748</b>	<b>738.169</b>	<b>(1.545.570)</b>	<b>(41.908)</b>	<b>(1.587.478)</b>
Prejuízo Líquido do Exercício					(451.099)						(451.099)	(12.972)	(464.071)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida ( CBD )					4.278						4.278		4.278
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas									(5.713)		(5.713)		(5.713)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior											-	81	81
Ganhos na conversão de Debêntures perpétuas									62.072		62.072	2.350	64.422
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>											<b>56.359</b>	<b>2.431</b>	<b>58.790</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>											<b>(390.462)</b>	<b>(10.541)</b>	<b>(401.003)</b>
Redução de Capital - 340ª RCA de 28/01/2019	(1)					1					-		-
Aumento de Capital - 341ª RCA de 15/02/2019	84					(84)					-		-
Aumento de Capital - 342ª RCA de 28/03/2019	453					(453)					-		-
Aumento de Capital - 344ª RCA de 01/07/2019	472					(472)					-		-
Aumento de Capital - 345ª RCA de 01/07/2019	3.165		25.020								28.185		28.185
<b>Transações de Capital com os Sócios</b>											<b>28.185</b>	<b>-</b>	<b>28.185</b>
Debêntures perpétuas - 10ª emissão - 345ª RCA de 01/07/2019						84.490	(138.154)				(53.664)		(53.664)
Debêntures perpétuas - 11ª emissão - 345ª RCA de 01/07/2019						5.410	(7.448)				(2.038)		(2.038)
Realização da Reserva Reavaliação					932			(932)			-		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado					1.880				(1.880)		-		-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>412.484</b>	<b>(3.073)</b>	<b>180.292</b>	<b>(8.303)</b>	<b>(3.853.431)</b>	<b>335.741</b>	<b>99.157</b>	<b>31.188</b>	<b>47.868</b>	<b>794.528</b>	<b>(1.963.549)</b>	<b>(52.449)</b>	<b>(2.015.998)</b>
Lucro Líquido do Exercício					(542.786)						(542.786)	54.016	(488.770)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida ( CBD )					3.694						3.694		3.694
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida ( PENTA )					13						13		13
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas									4.557		4.557		4.557
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior											-	610	610
Ganhos na conversão de Debêntures perpétuas									(9.597)		(9.597)	(1.309)	(10.906)
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>											<b>(5.040)</b>	<b>(699)</b>	<b>(5.739)</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>											<b>(544.119)</b>	<b>53.317</b>	<b>(490.802)</b>
Redução de Capital - 347ª RCA de 31/01/2020	2.625					(2.625)					-		-
Aumento de Capital - 348ª RCA de 03/07/2020	13.986					(13.986)					-		-
Aumento de Capital - 351ª RCA de 13/11/2020	116					(116)					-		-
<b>Transações de Capital com os Sócios</b>											<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Debêntures a converter							(67.320)				(67.320)		(67.320)
Realização da Reserva Reavaliação					5.617			(5.617)			-		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado					3.349				(3.349)		-		-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>429.211</b>	<b>(3.073)</b>	<b>180.292</b>	<b>(8.303)</b>	<b>(4.383.544)</b>	<b>319.014</b>	<b>31.837</b>	<b>25.571</b>	<b>44.519</b>	<b>789.488</b>	<b>(2.574.988)</b>	<b>868</b>	<b>(2.574.120)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(542.786)</b>	<b>(451.099)</b>
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida	3.707	4.278
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	4.557	(5.713)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	610	81
Ganhos na conversão de Debêntures perpétuas	(10.906)	64.422
Participação dos Acionistas Não Controladores	54.016	(12.972)
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>(490.802)</b>	<b>(401.003)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

## C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(542.786)</b>	<b>(451.099)</b>	<b>(542.786)</b>	<b>(451.099)</b>
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	3.257	3.397	19.056	12.200
Perda na alienação de imobilizado/investimentos	34.136	-	46.750	32.223
Reversão prov. perdas imobilizado/investimentos	123	-	123	-
Equivalência patrimonial	(111.688)	338.303	16.464	5.678
Participação de acionistas não controladores	-	-	(54.016)	12.972
Variações monetárias e cambiais	145.683	3.729	189.724	16.425
Provisões (Reversões)	376.984	17.477	342.439	132.874
Valor Justo sobre Propriedade para Investimento	-	-	7.711	-
<b>Resultado do exercício ajustado</b>	<b>(94.291)</b>	<b>(88.193)</b>	<b>25.465</b>	<b>(238.727)</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>				
Contas a receber de Clientes	8.171	976	(366.073)	49.196
Estoques	-	-	1.528	12.680
Títulos a receber	-	-	(12)	-
Impostos a recuperar	19.386	3.965	40.245	(8.797)
Despesas antecipadas	15	(15)	15	(15)
Outros créditos	(71.423)	(13.929)	(65.930)	(16.172)
	<b>(43.851)</b>	<b>(9.003)</b>	<b>(390.227)</b>	<b>36.892</b>
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>				
Fornecedores	2.201	389	(24.275)	14.401
Salários e encargos sociais	(20.555)	3.332	(227.654)	49.426
Impostos e contribuições a recolher	74.129	92.589	566.220	108.942
Provisão para impostos diferidos	(4.232)	(888)	(48.110)	(1.767)
Adiantamentos de clientes	-	-	(110.058)	39
Títulos a pagar	(3.371)	(9.324)	(3.371)	(9.324)
Outras contas a pagar	(6.764)	28.197	101.707	18.747
	<b>41.408</b>	<b>114.295</b>	<b>254.459</b>	<b>180.464</b>
<b>TOTAL CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(96.734)</b>	<b>17.099</b>	<b>(110.303)</b>	<b>(21.371)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Ganho sobre participações societárias	-	-	(9.115)	(81)
Títulos e Valores Mobiliários	5.756	(402)	6.356	(1.675)
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	(18.108)	(235)	(30.749)
Operações de mútuos com empresas ligadas	70.875	(12.454)	59.304	6.908
<b>TOTAL DO CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>76.231</b>	<b>(30.964)</b>	<b>55.310</b>	<b>(25.597)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Captação de financiamentos e empréstimos	15.726	5.966	33.543	5.966
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(8.301)	(505)	(16.417)	(9.966)
Operações de mútuos com empresas ligadas	13.079	8.335	37.596	(13.123)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	62.072
<b>TOTAL CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>20.504</b>	<b>13.796</b>	<b>54.722</b>	<b>44.949</b>
<b>TOTAL DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>1</b>	<b>(69)</b>	<b>(271)</b>	<b>(2.019)</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	20	89	575	2.594
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	21	20	304	575
<b>TOTAL DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>1</b>	<b>(69)</b>	<b>(271)</b>	<b>(2.019)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

## C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

### Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>RECEITAS</b>	<b>(410.865)</b>	<b>20.034</b>	<b>121.892</b>	<b>(130.561)</b>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	9.230	15.680
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.239)	(14.837)	(18.806)	(57.774)
Outras Receitas / Despesas	(392.626)	34.871	131.468	(88.467)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(20.389)</b>	<b>(39.282)</b>	<b>(150.554)</b>	<b>(131.085)</b>
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(4.016)	(7.659)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(20.389)	(39.282)	(146.538)	(123.426)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(431.254)</b>	<b>(19.248)</b>	<b>(28.662)</b>	<b>(261.646)</b>
Depreciação e Amortização	(3.257)	(3.397)	(18.486)	(12.200)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>(434.511)</b>	<b>(22.645)</b>	<b>(47.148)</b>	<b>(273.846)</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>117.862</b>	<b>(335.075)</b>	<b>(9.194)</b>	<b>2.115</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	111.688	(338.303)	(16.464)	(5.678)
Receitas Financeiras	6.174	3.228	7.270	7.793
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>(316.649)</b>	<b>(357.720)</b>	<b>(56.342)</b>	<b>(271.731)</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>PESSOAL</b>	<b>6.285</b>	<b>4.339</b>	<b>17.382</b>	<b>33.697</b>
Salários e encargos	6.216	4.339	12.667	14.407
Benefícios	69	-	3.114	18.142
FGTS	-	-	1.601	1.148
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>50.364</b>	<b>12.005</b>	<b>176.766</b>	<b>18.662</b>
Federais	50.364	12.005	175.946	17.683
Estaduais	-	-	813	979
Municipais	-	-	7	-
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS</b>	<b>169.488</b>	<b>77.035</b>	<b>238.280</b>	<b>139.981</b>
Juros	169.303	76.749	237.658	139.071
Alugueis	185	286	622	910
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>(542.786)</b>	<b>(451.099)</b>	<b>(488.770)</b>	<b>(464.071)</b>
Prejuízo do exercício	(542.786)	(451.099)	(542.786)	(451.099)
Participação de acionistas minoritários	-	-	54.016	(12.972)
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO</b>	<b>(316.649)</b>	<b>(357.720)</b>	<b>(56.342)</b>	<b>(271.731)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

**NOTA 1.1 PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Em 29/08/2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

-Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.

-Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.

-Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao REFIS, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

-Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.(atual Energisa Mato Grosso S.A.).

-Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A.

-Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria. O preço da venda desta UPI foi de R\$115 milhões.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

A Companhia tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão.

Exemplo disso foi a recente decisão, em dezembro de 2020, relativa ao processo arbitral instaurado contra a TUPI e PNBV, subsidiárias da Petrobras, que culminou com o recebimento de US\$ 96 milhões conforme já amplamente noticiado por Fato Relevante e pela imprensa especializada.

Em 25/11/2020 e em revisão peticionada no dia 22/04/2021, a Companhia apresentou um plano de pagamento para encerramento do processo de Recuperação Judicial com pagamento das obrigações exigíveis para encerramento, bem como o pagamento de diversas obrigações extraconcursais trabalhistas, financeiras e de fornecedores, além de capital de giro necessário ao soerguimento da empresa.

Após o recebimento da primeira tranche da arbitragem, ocorrida em 26/03/2021, a situação da recuperação judicial se apresentava da seguinte forma:

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>RJ GRUPO INEPAR</b>				
<b>Classe</b>	<b>Saldo incontroverso dentro do biênio (R\$ M)</b>	<b>Saldo incontroverso fora do biênio (R\$ M)</b>	<b>Saldo total devido (R\$ M)</b>	<b>Valor pago até o momento (R\$ M)</b>
Classe I	-	R\$ 13,0	R\$ 13,0	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV		R\$ 14,0	R\$ 14,0	R\$ 12,5
<b>TOTAL</b>	R\$ 21,3	R\$ 368,7	R\$ 390,0	R\$ 2.276,7

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento apenas do BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito, se somarmos os valores liquidados na Classe III, e com saldo dentro do biênio no valor de R\$ 21,3 milhões..

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

#### **NOTA 1. 2 – COVID-19**

Em observância ao Ofício Circular CVM/SNC/SCP nº 02/2020 de 10 de março de 2020, que trata sobre os impactos econômico-financeiro da COVID-19 nas demonstrações financeiras, a Administração avaliou os riscos e incertezas que poderiam afetar as informações demonstração financeiras ora apresentadas, sendo abaixo as principais avaliações que seguem:

Os reais impactos da pandemia ainda estão sendo mensurados, e seus efeitos colaterais são alvo de diversas medidas governamentais que tentam minimizar seus efeitos.

Do nosso lado, estamos tomando todas medidas sugeridas e impostas pelas autoridades a fim de preservar a vida e a saúde dos nossos trabalhadores.

Pelo lado dos projetos estamos enfrentando um aumento de custos muito acima da inflação, como por exemplo o preço do aço, bem como a falta de matérias primas necessárias ao desenvolvimento dos nossos projetos. Isso causou um aumento de custos e diminuição das margens no período de 2020 e continua em 2021.

A Companhia adotou, e continua adotando uma série de medidas a fim de reduzir custos e postergar gastos com objetivo de enfrentar esse momento de pandemia mundial.

#### **NOTA 2- BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

**a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora-** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

**b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas-** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **NOTA 3—RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

**3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas:** As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A Indústria e Construções e suas Controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00
Taranis - Fundo de Inv.em Direitos Creditórios Não-Padronizados	100,00	-

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;

e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

**3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes:** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

**3.3. Compensações entre Contas:** Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

**3.4. Conversões em Moeda Estrangeira:** Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

**3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

**3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**3.7. Contas a Receber de Clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

**3.8 Estoques:** Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

**3.9. Investimentos:** Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

**3.10. Imobilizado:** A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

**3.11. Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

**3.12. *Impairment* de Ativos Não Financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa-UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”. Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

**3.13. Contas a Pagar a Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

**3.14. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

**3.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.



**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

**3.17 CPC06(R2)/IFRS16-Operações de arrendamento mercantil** (substitui o pronunciamento CPC06(R1)/IAS17-Operações de arrendamento mercantil). A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

**3.18. Participações nos Lucros e Resultados:** Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

**3.19. Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

**3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas:** A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

**3.21. Dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

**3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

**3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações**

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

**Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

**NOTA 4 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros:** A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

**a) Considerações gerais-** A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não-circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

**b) Valor de mercado -** Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito e todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

**c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:**

**Risco de crédito-** A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

**Riscos de taxas de juros-** O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

**Riscos de taxas de câmbio-** A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

**Risco de liquidez-** A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

**Gestão de risco de capital-** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

## **Análise de Sensibilidade**

### **Exposição Cambial-Consolidado**

- A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475/08 e 550/08., apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

**Instrumentos Financeiros por Categoria:** Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31/12/2019 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31/12/2019 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Aplicações financeiras	20	-	20	Fornecedores	29.969	29.969
Contas a receber	-	8.549	8.549	Empréstimos e financ.	111.995	111.995
Títulos valores mobiliários	-	32.784	32.784	Debêntures	120.353	120.353
Outros créditos	-	34.403	34.403	Títulos a pagar	40.668	40.668
				Outras contas a pagar	132.378	132.378
				Outras contas a pagar (i)		
<b>Total circulante</b>	<b>20</b>	<b>75.736</b>	<b>75.756</b>	<b>Total circulante</b>	<b>435.363</b>	<b>435.363</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	-	482	482	Empréstimos e financ.	276.417	276.417
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	-	-
Outros créditos	-	350	350			
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>8.606</b>	<b>8.606</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>276.417</b>	<b>276.417</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>20</b>	<b>84.342</b>	<b>84.362</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>711.780</b>	<b>711.780</b>

Ativos financeiros 31/12/2020 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros 31/12/2020 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Aplicações financeiras	21	-	21	Fornecedores	32.170	32.170
Contas a receber	-	378	378	Empréstimos e financ.	161.524	161.524
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Debêntures	42.964	42.964
Outros créditos	-	9.509	9.509	Títulos a pagar	9.878	9.878
				Outras contas a pagar	128.842	128.842
<b>Total circulante</b>	<b>21</b>	<b>9.896</b>	<b>9.917</b>	<b>Total circulante</b>	<b>375.378</b>	<b>375.378</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber (b)	-	482	482	Empréstimos e financ.	263.414	263.414
Títulos a receber (d)	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	1.283	1.283
Títulos valores mobiliários	-	-	-			
Outros créditos	-	28.482	28.482			
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>36.738</b>	<b>36.738</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>264.697</b>	<b>264.697</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>21</b>	<b>46.634</b>	<b>46.655</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>640.075</b>	<b>640.075</b>

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31/12/2019 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 31/12/2019 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	408	-	408	Fornecedores	115.644	115.644
Aplicações financeiras	167	-	167	Empréstimos e financiam.	241.487	241.487
Contas a receber	-	135.450	135.450	Debêntures	120.353	120.353
Títulos valores mobiliários	-	33.384	33.384	Títulos a pagar	40.668	40.668
Outros créditos	-	45.972	45.972	Outras contas a pagar	192.443	192.443
<b>Total circulante</b>	<b>575</b>	<b>214.806</b>	<b>215.381</b>	<b>Total circulante</b>	<b>710.595</b>	<b>710.595</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	-	482	482	Empréstimos e financiam.	296.210	296.210
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	965	965
Títulos valores mobiliários	-	1.088	1.088			
Outros créditos	-	396	396			
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>9.740</b>	<b>9.740</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>297.175</b>	<b>297.175</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>575</b>	<b>224.546</b>	<b>225.121</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.007.770</b>	<b>1.007.770</b>

Ativos financeiros em 31/12/2020 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 31/12/2020 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	-	-	-	Fornecedores	91.369	91.369
Aplicações financeiras	304	-	304	Empréstimos e financiam.	376.546	376.546
Contas a receber	-	501.513	501.513	Debêntures	42.964	42.964
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	9.878	9.878
Outros créditos	-	15.165	15.165	Outras contas a pagar	223.649	223.649
<b>Total circulante</b>	<b>304</b>	<b>516.687</b>	<b>516.991</b>	<b>Total circulante</b>	<b>744.406</b>	<b>744.406</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	-	482	482	Empréstimos e financiam.	263.414	263.414
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	2.275	2.275
Títulos valores mobiliários	-	688	688			
Outros créditos	-	28.515	28.515			
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>37.459</b>	<b>37.459</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>265.689</b>	<b>265.689</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>304</b>	<b>554.146</b>	<b>554.450</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.010.095</b>	<b>1.010.095</b>

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

**NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	-	-	128	408
Aplicação financeira	21	20	176	167
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>304</b>	<b>575</b>

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.

**NOTA 6 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cientes interno	12.855	12.855	67.598	67.562
Cientes externo ( a )	-	-	501.289	501.549
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(11.995)	(11.995)	(67.116)	(67.116)
	<u>860</u>	<u>860</u>	<u>501.771</u>	<u>501.995</u>
Circulante	378	378	501.289	501.513
Não circulante	482	482	482	482

a) No valor de R\$ 501.549 no consolidado, encontra-se os montantes dos ressarcimentos de custos incorridos no Projeto de Charqueadas, conforme decisão da corte arbitral de Nova York. Conforme mencionado em fato relevante ao mercado em 31/12/2020 atualizado em 04/05/2021.

**NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Precatórios do Estado do Paraná ( a )	-	32.775	-	32.775
Cotas do FIDC	-	400	-	1.000
Outras aplicações	9	9	697	697
	<u>9</u>	<u>33.184</u>	<u>697</u>	<u>34.472</u>
Circulante	9	32.784	9	33.384
Não circulante	-	400	688	1.088

a) Os valores dos precatórios do Estado do Paraná, adquiridos através do Instrumento particular assinado entre a Inepar e a empresa Atlântico Agropastoril Ltda, foram devolvidos neste exercício em virtude dos créditos não terem sido utilizados para liquidação de passivos tributários (ICMS).

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 8 - ESTOQUES**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Produtos em elaboração	1.436	1.001
Insumos e materiais	4.396	6.194
Adiantamentos a fornecedores	-	165
	<b>5.832</b>	<b>7.360</b>

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

**NOTA 9 - TÍTULOS A RECEBER**

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Créditos com terceiros (a)	7.774	7.774	7.774	7.774
<b>Não Circulante</b>	<b>7.774</b>	<b>7.774</b>	<b>7.774</b>	<b>7.774</b>

(a) O valor lançado nesta rubrica, refere-se aos créditos contra a DNOS- Departamento Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável.

**NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR**

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Impostos e contribuições a compensar	42	42	158	126
ICMS a recuperar	52	53	1.882	2.358
IPI a recuperar	974	974	1.199	1.189
PIS/COFINS lei 10833/03	-	-	573	658
Adiantamentos efetuados - parcelamentos (b)	-	-	-	859
Impostos e contribuições retidos na fonte	125	10	157	388
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (a)	8.921	23.071	24.614	52.735
CSLL diferido sobre diferenças temporárias (a)	3.211	8.306	8.829	18.984
Demais créditos (c)	3.859	4.114	22.345	22.705
	<b>17.184</b>	<b>36.570</b>	<b>59.757</b>	<b>100.002</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.798</b>	<b>4.941</b>	<b>26.061</b>	<b>27.135</b>
<b>Não circulante</b>	<b>12.386</b>	<b>31.629</b>	<b>33.696</b>	<b>72.867</b>

a) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a diferenças temporárias na elaboração do lucro real, reconhecidos até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

b) Constituição de créditos por conta de pagamentos efetuados antecipadamente para a Receita Federal do Brasil e que serão compensados nos próximos parcelamentos.

c) Correspondem, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição de INSS recolhidos indevidamente junto à Receita Federal do Brasil e que se encontram na fase de análise.



**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 11 - OUTROS CRÉDITOS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento a Empregados	31	52	980	909
Adiantamento a Fornecedores	-	611	-	295
Gerdau S/A (a)	355	4.547	355	4.547
Contas a receber - Venda de ativos (b)	37.605	-	37.605	-
Acordo (c)	-	29.319	-	34.566
Outros	-	224	5.371	6.051
<b>Total</b>	<b>37.991</b>	<b>34.753</b>	<b>44.311</b>	<b>46.368</b>
Circulante	9.509	34.403	15.165	45.972
Não circulante	28.482	350	29.146	396

a) Refere-se aos créditos devidos pela Gerdau S.A, conforme o primeiro aditamento ao Instrumento jurídico particular de promessa de compra e venda de ações, celebrado em 24/12/2002., os valores estão sendo realizados conforme previsto no acordo assinado em 2018.

b) Refere-se aos valores a receber pela venda do imóvel de Curitiba.

c) Refere-se valores dos acordos efetuados com Furnas Centrais Elétricas, assinado em 2019.

**NOTA 12 - INVESTIMENTOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Participação em controladas/coligadas (a)	325.839	388.791	204.229	206.087
Bens não operacionais	-	23	-	23
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	44.053	51.764
Outros investimentos (c)	-	2.616	-	2.617
	<b>325.839</b>	<b>391.430</b>	<b>248.282</b>	<b>260.491</b>

**Participações em Controladas e Coligadas**

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**a) Participações em empresas controladas/coligadas - Controladora**

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Equivalência
				Líquido	Participação	Investimento	31/12/2019
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	521.878	1.895.033	(286.141)	(1.373.155)	100,00%	-	(286.141)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	824.541	486.620	(11.256)	337.921	47,07%	159.059	(5.297)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	182.957	11.580	353	171.377	100,00%	171.377	353
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	235.307	176.953	(47.218)	58.354	100,00%	58.355	(47.218)
Innovida Participações S.A.	3.907	10.453	-	(6.546)	100,00%	-	-
						<b>388.791</b>	<b>(338.303)</b>

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado da	
							Líquido	Participação
							31/12/2020	31/12/2019
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>								
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	862.588	1.960.131	227.415	(1.097.543)	100,00%	-	227.415	(286.141)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	795.722	468.393	(18.442)	327.329	47,07%	154.074	(8.680)	(5.297)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	182.909	11.624	(105)	171.285	100,00%	171.285	(105)	353
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	228.909	276.614	(106.059)	(47.705)	100,00%	-	(106.059)	(47.218)
Innovida Participações S.A.	3.907	10.453	-	(6.546)	100,00%	-	-	-
Fidc Tarânis	619.743	4.462	(4.899)	615.281	18,00%	480	(883)	-
						<b>325.839</b>	<b>111.688</b>	<b>(338.303)</b>

**a) Participações em empresas controladas/coligadas - Consolidado**

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
				Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>							
RIG Oil & Gas	27.131	16.897	(699)	12.213	16,66%	2.035	(113)
QUIP S.A.	141.397	125.968	(5.462)	15.429	13,25%	2.044	(725)
QGI INC	106.876	25.863	1.639	81.012	20,00%	16.202	328
QGI BRASIL	172.948	36.000	867	136.948	19,53%	26.747	140
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	4	26	(31)	(5)	35,00%	-	(10)
Companhia Brasileira de Diques S.A.	824.541	486.620	(11.256)	337.921	47,07%	159.059	(5.297)
						<b>206.087</b>	<b>(5.677)</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>							
RIG Oil & Gas	36.959	21.785	(569)	15.174	16,66%	2.528	(95)
QUIP S.A.	129.571	85.774	(59.225)	43.797	13,25%	-	(7.847)
QGI INC	114.630	8.407	2.713	106.223	20,00%	21.245	543
QGI BRASIL	164.444	29.360	1.859	135.084	19,53%	26.382	(364)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	60	-	(56)	(4)	35,00%	-	(19)
FIDC (iv)	-	-	-	-	0,00%	-	880
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	795.721	449.949	(12.517)	345.772	47,07%	154.074	(9.562)
						<b>204.229</b>	<b>(16.464)</b>

	Quantidade de ações possuídas		Participação	Participação
	(em milhares)			
	O. N.	P. N.	em %	no capital votante em %
<b>Controladas/Coligadas</b>				
IESA - Projetos, Equipamentos. e Montagens S.A.	149.799	-	100,00	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	47,07	47,07
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00
Fidc Tarânis ( cotas)				

**(i) IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A:** A Companhia Controladora capitalizou em 2003 essa controlada, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência,

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

celebrado em 07/04/2003. Tendo em vista que essa controlada apresenta Passivo a Descoberto em 31/12/2020, a Companhia constituiu provisão até a totalidade desse valor, conforme descrito na nota 23.

**(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A:** Refere-se à aquisição, em 31/03/2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da AGE, de 29/06/2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%.

Conforme ata da AGE de 28/06/2019, foi deliberado sobre o aumento do Capital de R\$2.636 mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72% para 47,07%.

**(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda:** Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

**(iv) FIDC Tarânis:** em abril de 2019 o Grupo Inepar regularizou o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não – Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da companhia amparada em seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios) entende na previsibilidade de que o FIDC pode gerar ganhos que mensurados a valor presente chegam a 619 milhões, valor este de cotas subordinadas apresentadas no fundo.

**b) Propriedade para Investimentos:** Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 26/02/2021.

**c) Outros investimentos-** O valor de outros investimentos no consolidado corresponde principalmente aos investimentos na Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 13 – IMOBILIZADO**

Controladora	Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e Equipamentos							Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática	Outros	
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>								
Custo	35.486	166.475	6.693	21	5.424	13	3.989	218.101
Depreciação Acumulada	-	(88.302)	(6.160)	(11)	(5.078)	(9)	(1.767)	(101.327)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>35.486</b>	<b>78.173</b>	<b>533</b>	<b>10</b>	<b>346</b>	<b>4</b>	<b>2.222</b>	<b>116.774</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(25.298)	(10.807)	-	-	(44.564)	-	-	(80.669)
Depreciação	-	(3.074)	(160)	(3)	(20)	(0)	-	(3.257)
Baixas da Depreciação	-	4.486	-	-	44.564	-	-	49.050
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>10.188</b>	<b>68.778</b>	<b>373</b>	<b>7</b>	<b>326</b>	<b>4</b>	<b>2.222</b>	<b>81.898</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>								
Custo	10.188	155.668	6.693	21	(39.140)	13	3.989	137.432
Depreciação Acumulada	-	(86.890)	(6.320)	(14)	39.466	(9)	(1.767)	(55.534)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>10.188</b>	<b>68.778</b>	<b>373</b>	<b>7</b>	<b>326</b>	<b>4</b>	<b>2.222</b>	<b>81.898</b>
<b>Consolidado</b>								
Taxas anuais de depreciação	Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e Equipamentos							Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática	Outras Imobilizações	
	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>								
Custo	55.256	189.640	92.165	4.904	7.718	13.784	83.759	447.226
Depreciação Acumulada	-	(93.516)	(57.382)	(4.171)	(5.796)	(10.897)	(2.624)	(174.386)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>55.256</b>	<b>96.124</b>	<b>34.783</b>	<b>733</b>	<b>1.922</b>	<b>2.887</b>	<b>81.135</b>	<b>272.840</b>
Adições	-	-	235	-	-	-	-	235
Baixas	6.884	(10.807)	(207)	(25)	(44.564)	-	-	(48.719)
Depreciação	-	(3.382)	(4.354)	(215)	(137)	(991)	-	(9.079)
Baixas da Depreciação	-	4.486	1.554	18	44.564	-	-	50.622
Transferências	-	-	4.925	-	-	-	-	4.925
<b>Saldo Final</b>	<b>17.400</b>	<b>50.750</b>	<b>(789)</b>	<b>(765)</b>	<b>(1.279)</b>	<b>(3.114)</b>	<b>81.135</b>	<b>220.419</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>								
Custo	17.400	178.833	92.193	4.879	(36.846)	13.784	83.759	354.001
Depreciação Acumulada	-	(92.412)	(60.924)	(4.367)	38.631	(11.888)	(2.624)	(133.584)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>17.400</b>	<b>87.233</b>	<b>32.156</b>	<b>561</b>	<b>1.820</b>	<b>2.131</b>	<b>81.134</b>	<b>220.419</b>

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

**Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação:** A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

## **NOTA 14 – INTANGÍVEL**

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTROLADORA	Controladora		
	Marcas e Patentes	Ágio sobre Investimentos	Total
<b>Taxas anuais de amortização</b>	<b>20%</b>	<b>0%</b>	
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>-</b>	<b>391.513</b>	<b>391.513</b>
Adições	-	-	-
Baixas	-	-	-
Amortização	-	-	-
Baixa amortização	-	-	-
Transferências	-	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>-</b>	<b>391.513</b>	<b>391.513</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>-</b>	<b>391.513</b>	<b>391.513</b>

CONSOLIDADO	Consolidado				
	Marcas e Patentes	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Ágio sobre Investimentos	Total
<b>Taxas anuais de amortização</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>	<b>0%</b>	
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>					
Custo	247	937	34.076	391.513	426.773
Amortização acumulada	(247)	(928)	(19.040)	-	(20.215)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>15.036</b>	<b>391.513</b>	<b>406.558</b>
Adições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Amortização	-	(14)	(10.619)	-	(10.633)
Baixa amortização	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>-</b>	<b>(5)</b>	<b>4.417</b>	<b>391.513</b>	<b>395.925</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2020</b>					
Custo	247	937	34.076	391.513	426.773
Amortização acumulada	(247)	(942)	(29.659)	-	(30.848)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>-</b>	<b>(5)</b>	<b>4.417</b>	<b>391.513</b>	<b>395.925</b>

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfaz o valor total de R\$1.217.468.



**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções:** A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 totalizando o montante de R\$150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Foi assinado Instrumento Particular de Transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures, e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das Debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Aplicação Financeira e Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, conseqüentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.

**Cronograma de Amortização**

Será realizada uma amortização extraordinária com recursos decorrentes da venda do imóvel registrado perante o Registro de imóveis de Macaé/RJ, sob a matrícula nº 24.269, no valor de R\$ 22.500 milhões, corrigidos pelo índice IPCA.6% a.a.; a partir de 04/04/2019.

Após o efetivo pagamento da amortização extraordinária, a Inepar deverá pagar a importância de R\$ 172.560 milhões a ser atualizado mensalmente pelo IPCA, acrescido de 6% ao ano até a data do efetivo pagamento.

**NOTA 17- IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Parcelamento Especial Lei nº 11.941/09 ( a )	-	496.897	-	564.429
Parcelamento Excepcional ( b )	29.124	-	250.355	-
ICMS a recolher	40.657	40.344	54.838	69.480
Inss a recolher	211.762	4.662	270.504	60.613
Pis/Cofins	-	-	-	-
ISS a recolher/Parcelamentos	8.440	8.147	25.124	25.530
Pis/Cofins a recolher	241.241	30.719	314.413	81.885
Impostos e Contribuições retidos na fonte	36.230	4.318	37.784	8.457
Parcelamento Refis Lei nº 12.996/14 ( c )	13.967	96.544	13.967	231.240
IPI a recolher	-	-	11.993	-
IRPJ	103.677	-	103.677	-
Diversos debitos Federais	-	-	395.989	-
Outros	73.405	2.743	149.904	20.694
	<b>758.503</b>	<b>684.374</b>	<b>1.628.548</b>	<b>1.062.328</b>
<b>Circulante</b>	729.886	420.448	1.395.465	771.915
<b>Não circulante</b>	28.617	263.926	233.083	290.413



**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Refere-se aos valores remanescentes dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 11.941, de 2009, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/14, estes parcelamentos foram rompidos e transferidos para os demais programas de parcelamentos fiscais.

b) O Grupo Inepar/lesa, efetuou parcelamentos através da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 e Portaria PGFN nº 14,402, de 18 de junho de 2020.

Por terem sido emitidas novas normas de parcelamentos muito mais vantajosas para as empresas em recuperação judicial através das Portarias PGFN 2.382/2021 e 9917/2020, o Grupo Inepar/lesa solicitou a PGFN o rompimento destes parcelamentos e o seu enquadramento nas novas normas.

Diante da desistência do parcelamento já homologado através da Lei nº 13.988 a empresa efetuou os ajustes nos saldos dos valores a pagar conforme extrato emitido pela Receita/PGFN, gerando aumento dos saldos na ordem de R\$ 654 milhões.

Com a homologação das negociações em curso com a Receita/PGFN temos a sinalização da redução de até 70% dos saldos a pagar, com redução dos valores das multas, juros e encargos, e prazo maiores para pagamento.

Estamos ainda, efetuando junto a PGFN/Receita uma conciliação dos valores que constam nos extratos da Receita/PGFN, podendo os descontos serem superiores a R\$ 1.437 milhões.

c) Os valores constantes do parcelamento efetuados pela Lei nº 12.996/14, foram rompidos perante a Receita/PGFN. Estes valores serão transferidos para os novos parcelamentos em vigor.

**NOTA 18 - PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	2.303	2.303
Custos a Incorrer	-	-	126.297	115.575
	<b>2.303</b>	<b>2.303</b>	<b>128.600</b>	<b>117.878</b>
Circulante	-	-	126.297	115.575
Não circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

O valor de R\$126.297 no consolidado refere-se, principalmente, a custos processuais da arbitragem internacional contra TUPI BV, este montante já foi liquidado através de retenção sobre o desfecho do processo

**NOTA 19 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES**

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>CONSOLIDADO</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>148.793</b>	<b>148.754</b>
Adições/Baixas	(110.058)	39
<b>Saldo Final</b>	<b>38.735</b>	<b>148.793</b>

Os saldos dos adiantamentos, referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

**NOTA 20 - IMPOSTOS DIFERIDOS**

**20.1. Tributos Diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>31.376</b>	<b>31.376</b>	<b>15.026</b>	<b>16.350</b>	<b>(409)</b>	<b>30.967</b>
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(631)	(631)	(120)	(105)	3	(222)
<b>Em 31 de março de 2020</b>	<b>30.745</b>	<b>30.745</b>	<b>14.906</b>	<b>16.245</b>	<b>(406)</b>	<b>30.745</b>
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(131)	(131)	(120)	(104)	93	(131)
<b>Em 30 de junho de 2020</b>	<b>30.614</b>	<b>30.614</b>	<b>14.786</b>	<b>16.141</b>	<b>(313)</b>	<b>30.614</b>
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(3.616)	(3.616)	(2.491)	(1.174)	49	(3.616)
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>	<b>26.998</b>	<b>26.998</b>	<b>12.295</b>	<b>14.967</b>	<b>(264)</b>	<b>26.998</b>
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(14.865)	(14.865)	(162)	(104)	3	(263)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>12.133</b>	<b>12.133</b>	<b>12.133</b>	<b>14.863</b>	<b>(261)</b>	<b>26.735</b>

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado								
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos					
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Impostos s/ Lucros Estatais	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	8.743	62.267	71.010	15.026	39.966	11.171	24.317	13.315	103.795
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(648)	(713)	(1.361)	(120)	-	(5)	(133)	(698)	(956)
<b>Em 31 de março de 2020</b>	8.095	61.554	69.649	14.906	39.966	11.166	24.184	12.617	102.839
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(115)	(213)	(328)	(120)	-	(5)	(233)	25	(333)
<b>Em 30 de junho de 2020</b>	7.980	61.341	69.321	14.786	39.966	11.161	23.951	12.642	102.506
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(94)	(3.694)	(3.788)	(2.491)	-	(7)	(1.283)	(14)	(3.795)
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>	7.886	57.647	65.533	12.295	39.966	11.154	22.668	12.628	98.711
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(7.886)	(24.203)	(32.089)	(162)	(39.966)	(2.626)	(212)	(60)	(43.026)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	-	33.444	33.444	12.133	-	8.528	22.456	12.568	55.685

## 20.2. Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(527.776)</b>	<b>(451.507)</b>	<b>(498.607)</b>	<b>(463.786)</b>
<b>IRPJ / CSLL Alíquota Nominal</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>
Total Tributos	-	-	-	(120)
<b>Ajustes Apuração Alíquota Efetiva</b>				
Adições/Exclusões	22.964	(83.295)	43.799	(102.661)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(37.974)	83.703	(33.962)	102.496
<b>IRPJ / CSLL no Resultado</b>	<b>(15.010)</b>	<b>408</b>	<b>9.837</b>	<b>(285)</b>
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	(15.010)	408	9.837	(285)
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>-2,84%</b>	<b>0,09%</b>	<b>-1,97%</b>	<b>0,06%</b>

## NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/12/2020 nas demonstrações financeiras da Controladora:

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Ativo Não Circulante</b>	
	<b>Contas Correntes</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	320.512	297.739
Inepar Administração e Participações S.A.	-	58.221
IESA - Óleo & Gás S.A.	-	34.862
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	81	-
IESA Transportes S.A.	4.087	4.087
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	5.400
Afac Penta Participações S.A.	9.891	9.891
Afac Usina Hidrelétrica de Cubatão	-	646
	<b>339.977</b>	<b>410.852</b>
	<b>Passivo Não Circulante</b>	
	<b>Contas Correntes</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	202.032	201.996
Penta Participações e Investimentos Ltda	155.492	155.492
Cia Brasileira de Diques S.A.	582	467
Iesa Óleo & Gás S/A	11.342	-
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	26.293	17.502
Inepar Administração e Participações S.A.	38.396	-
Demais Empresas	46	18
	<b>434.183</b>	<b>375.475</b>

**Contas**

**Correntes:** A tabela a seguir, apresenta a movimentação das contas correntes com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Saldo	Adições/ Baixas/Var.	Saldo
	31/12/2019	Monetária	31/12/2020
<b>Empresas</b>			
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	297.739	22.773	320.512
Inepar Administração e Participações S.A.	58.221	(58.221)	-
IESA - Óleo & Gás S.A.	34.862	(34.862)	-
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	-	81	81
IESA Transportes S.A.	4.087	-	4.087
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	5.400
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	9.891
AFAC - Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	(646)	-
	<b>410.852</b>	<b>(70.875)</b>	<b>339.977</b>
<b>PASSIVO</b>			
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	201.996	36	202.032
Inepar Administração e Participações S/A	-	38.396	38.396
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	155.492	-	155.492
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S/A.	17.502	8.791	26.293
Iesa Óleo & Gás S/A	-	11.342	11.342
Cia. Brasileira de Diques S.A.	467	115	582
Demais Empresas	18	28	46
	<b>375.475</b>	<b>58.708</b>	<b>434.183</b>

- a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$155.492, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

A Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que tem obtidos de transações efetuadas apenas com partes relacionadas.

**NOTA 22 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>242.510</b>	<b>225.033</b>	<b>517.411</b>	<b>384.510</b>
Adições/Baixas	393.588	17.477	348.310	132.901
<b>Saldo Final</b>	<b>636.098</b>	<b>242.510</b>	<b>865.721</b>	<b>517.411</b>

	<b>31/12/2020</b>		<b>31/12/2019</b>		<b>31/12/2020</b>		<b>31/12/2019</b>	
	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>Possível</b>	<b>Provável</b>	<b>Possível</b>	<b>Provável</b>	<b>Possível</b>	<b>Provável</b>	<b>Possível</b>	<b>Provável</b>
<b>Trabalhistas</b>	4.494	12.658	992	27.406	71.789	66.759	39.674	82.477
<b>Tributárias</b>	291.156	613.649	840.973	206.819	346.414	765.457	955.485	395.602
<b>Cíveis</b>	75.365	9.662	55.414	8.156	170.787	32.832	104.164	38.732
<b>Outras</b>	-	129	-	129	-	673	-	600
	<b>371.015</b>	<b>636.098</b>	<b>897.379</b>	<b>242.510</b>	<b>588.990</b>	<b>865.721</b>	<b>1.099.323</b>	<b>517.411</b>

**Trabalhistas:** Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$ 71.789 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

**Tributárias:** Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercício também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN. Os parcelamentos efetuados com base na Lei nº 13.988, foram rompido por solicitação do Grupo Inepar/lesa e serão efetuados novos parcelamentos em condições muito mais vantajosa para as empresas em recuperação judicial. Estas negociações junto a Receita/PGFN estão em fase final de efetivação.

Tendo em vista o rompimento dos parcelamentos efetuados em dezembro de 2020, os descontos obtidos foram estornados e constituída uma provisão até que os novos parcelamentos sejam homologados.

**Cíveis:** Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

**Contrato com a Tupi BV/PNBV:** O contrato assinado entre a lesa Óleo & Gas S.A. e a Tupi B.V ("TUPI") em 26/07/2012, com aditivos posteriores, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V., Conforme previsto em clausula contratual, foi instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, registros de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques, provisão para custos a incorrer.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme Fato Relevante publicado pela Companhia em 31 de dezembro de 2020, a o tribunal arbitral concluiu que a PNBV e Tupi violaram os contratos e concederam a nossa subsidiária Iesa Óleo&Gás o ressarcimento/indenização por danos mais juros de pre-adjudicação, que totalizaram em aproximadamente US\$ 107 milhões. Posteriormente em 2021 as empresas em novo acordo celebrado finalizaram a pendência em U\$ 96 milhões.

**NOTA 23 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO**

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante de R\$ 1.153.544 (R\$1.327.252 em 31/12/2019) para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Inepar Innovida Participações S.A.

**NOTA 24 - OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Delf Administração e Participação	-	-	3.378	3.448
Obrigações imóvel de Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisão de diversas obrigações a pagar (a)	22.412	36.574	108.658	94.156
Comissões sobre venda de imóveis	1.665	-	1.665	-
Acordos a Pagar(b)	22.905	17.240	24.531	17.240
Andritz Hydro (c)	80.143	75.564	80.143	75.564
	<b>130.125</b>	<b>132.378</b>	<b>221.375</b>	<b>193.408</b>
Circulante	128.842	132.378	223.649	192.443
Não circulante	1.283	-	- 2.274	965

- a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.
- c) Refere-se ao saldo a pagar para Andritz Hydro S.A. por conta da transferência de créditos tributários que foram utilizados pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% do Programa REFIS da Lei nº 12.996/14. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do Processo Digital nº 10110111-27.2014.8.26.0037 reconheceu a concursabilidade do crédito a favor da Andritz.

**NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) **Capital Social:** O Capital Social integralizado é de R\$429.211, formado por 5.047.172 ações ordinárias e 3.156.808 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

**b) Reserva de Capital:** As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$180.292 e está assim composta:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.271 e R\$79.707 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.049 e R\$75.565 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital.

**c) Reserva de Reavaliação-** (i) De Ativos Próprios- É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

**d) Debêntures Perpétuas:** As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 319.014 e estão assim compostos:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$167.234 para a 6ª emissão e de R\$66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$10.268 para a 8.ª emissão e de R\$3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.



**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- No exercício foram convertidas em ações ordinárias 8.072, em substituição as debêntures perpétuas.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$121.550.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019 foi autorizado a emissão 11ª emissão de debêntures perpétuas. As debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia a qualquer tempo. Quantidade de debêntures: 6.507 mil, com valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$6.507.

- Para as debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão, temos um saldo a converter de R\$ 38.165, que serão utilizadas para as próximas conversões.

**e) Créditos quirografários a converter:** Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$31.837. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

**f) Ajustes de avaliação patrimonial:** Apresenta o saldo de R\$ 834.007, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 780.125, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª e 11ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras destas emissões. Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

**g) Destinação do Lucro:** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

## **NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO**

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Numerador</b>		
<b>Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(221.232)	(189.072)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(321.554)	(262.027)
	<b>(542.786)</b>	<b>(451.099)</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	3.156.808	3.157
Quantidade de ações ordinárias emitidas	5.047.172	4.812
<b>Total</b>	<b>8.203.980</b>	<b>7.969</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações</b>		
Ação preferencial	(70.081)	(59.893)
Ação ordinária	(63.710)	(54.448)

**NOTA 27- RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	<b>Consolidado</b>	
	31/12/2020	31/12/2019
Vendas mercado interno/Prestação de serv.	7.681	13.143
(-) Impostos sobre as Vendas	(5.287)	(11.143)
<b>Receita de Vendas</b>	<b>2.394</b>	<b>2.000</b>

**NOTA 28 - DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre impostos e contribuições	(12.400)	(25.029)	(23.331)	(47.941)
Juros / despesas bancárias	(157.920)	(49.107)	(204.824)	(73.910)
Outras despesas financeiras	1.017	(2.613)	697	(2.632)
Variações cambiais	-	-	(10.200)	(6.724)
	<b>(169.303)</b>	<b>(76.749)</b>	<b>(237.658)</b>	<b>(139.071)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	1	1	2	14
Receitas atualização debêntures	5.727	989	6.150	989
Juros auferidos	234	638	332	848
Variações monetárias ativas	-	1.600	108	1.600
Outras receitas financeiras	212	-	570	273
Variações cambiais	-	-	108	3.557
	<b>6.174</b>	<b>3.228</b>	<b>7.270</b>	<b>7.793</b>

**NOTA 29- COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)**

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

**NOTA 30 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Salários	3.311	1.710	27.596	34.363
Gastos Previdenciários	2.370	1.407	5.526	6.610
<b>Total</b>	<b>5.681</b>	<b>3.117</b>	<b>33.122</b>	<b>40.973</b>

**NOTA 31 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO**

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Remuneração de Conselheiros	641	441	119	480
Remuneração de Diretores	25	807	1.533	3.438
<b>Total</b>	<b>666</b>	<b>1.248</b>	<b>1.652</b>	<b>3.918</b>

**NOTA 32 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

<b>Consolidado</b>	<b>Geração / Equipamentos</b>	<b>Gás/Módulos/ Outros</b>	<b>Total</b>
Receita bruta total	7.922	1.636	9.558
Impostos/Deduções	(1.572)		(1.572)
Custos dos Produtos e Serviços	(3.936)	(1.656)	(5.592)
<b>Total</b>	<b>2.414</b>	<b>(20)</b>	<b>2.394</b>

### **NOTA 33 – TRATATIVAS QUE IRÃO GERAR EVENTOS SUBSEQUENTES:**

A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros enegociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes.

As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel localizado no município de Charqueadas;
- c) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Macaé.
- d) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 900 milhões, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor de R\$ 619 milhões.
- e) A Companhia está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.
- f) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes.
- g) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos.
- h) Finalização do trabalho de redução e parcelamento dos passivos fiscais com a análise detalhada de todos os valores que estão em cobrança na atualidade.

### **NOTA 34 - EVENTOS SUBSEQUENTES**

a) Conforme Fato Relevante de 24 de março de 2021, a empresa informou sobre a conclusão da revisional fiscal das empresas, tendo sido diferida a Transação Excepcional das Empresas.

b) Em 30 de março de 2021, através da Ata da 353ª Reunião do Conselho de Administração, foi homologado o aumento de capital integralizado na companhia em decorrência da conversão de 472;580 debêntures perpetuas.

c) Em 19 de abril de 2021, a Companhia emitiu Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que após intensas negociações um acordo foi firmado com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures.

**Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- d) Em 04 de maio de 2021, a Companhia emitiu Fato Relevante informando a conclusão de acordo com a TUPI BV e PNBV, referente ao processo de arbitragem instaurado em Nova York.
- e) Em 07 de maio de 2021, através da Ata da 354ª Reunião do Conselho de Administração, foi homologado o aumento de capital integralizado na Companhia em decorrência da conversão de 472;580 debêntures perpetuas.
- f) Em 11 de maio de 2021, através de comunicado ao mercado, foi informado que a Companhia está estudando e analisando a viabilidade de realização do desdobramento(split)das ações de emissão da empresa.
- g) Em 19 de maio de 2021, através da Ata da 355ª Reunião do Conselho de Administração colocou à apreciação para aprovação dos presentes a proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia dos Acionistas para desdobramentos das ações emitidas pela Empresa, obtendo a aprovação unânime de todos os presentes.
- h) Em 28 de junho de 2021, através da Ata da 356ª Reunião do Conselho de Administração apreciou e acatou pedido de renúncia pelo membro e Presidente do Conselho de Administração e elegeu novos membros para compor o Conselho de Administração e Diretoria Executiva.
- i) Foi eleito nesta mesma Reunião do Conselho de Administração o Sr.Mounir Chaowiche, como Diretor Presidente da Inepar, para completar o mandato em curso.

---

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Mounir Chaowiche – Diretor Presidente

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

Irajá Galliano Andrade

André de OMS

Carlos Alberto Del Claro Gloger

Rodolfo Andriani

Ricardo de Aquino Filho

**CONTADOR:** Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

---

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos: Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial**

Curitiba - PR

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião com ressalva

#### 1. Limitações de escopo de auditoria -

##### 1.1 Limitação de confirmações externas de endividamento bancário

Conforme descrito em nota explicativa nº 15, os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações, sendo as confirmações externas não conciliadas com a contabilidade, estes efeitos serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial. As Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras.

##### 1.2 Não auditoria nos consórcios e dos custos de serviços prestados e despesas incorridos e reconhecidos na controlada IESA Óleo e Gás – Em Recuperação Judicial

Não foram auditados os custos e despesas dos consórcios reconhecidos por reflexos de participação, UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás, Consórcio Caraguatubá-UTGCA, cujo montante reconhecido foi de R\$ 1.656 mil, dos quais nos impedem de opinar sua adequação e possíveis reflexos em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2020, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pelo grupo de empresas foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Conforme as demonstrações financeiras apresentadas, há prejuízos acumulados de R\$ 4.391.847 mil em suas operações, tendo apurado prejuízo recorrente de R\$ 542.786 mil em 2020 (R\$ 451.099 mil em 2019) na controladora. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia esteja em andamento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas demonstrações financeiras, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia está conseguindo realizar parte de seus ativos e com esses recursos estão liquidando as obrigações do plano de recuperação judicial, há também uma previsão de parcelamento, e por consequência, a redução significativa dos débitos tributários, no que tange a multas e juros incorridos, e esses fatores somados, à medida que forem efetivados, contribuirão para o retorno da operação do seu parque fabril. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

### **Ênfase**

#### Saldos contábeis e transações mantidos com Partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa 21, a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

#### ***Impairment dos ativos imobilizado e Intangível***

---

A Companhia possui registrados nas rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível os montantes de R\$ 220.419 e R\$ 395.925 mil, respectivamente em seu consolidado. Os sucessivos prejuízos operacionais apurados pela Companhia são indícios da possível necessidade de *impairment* destes ativos.

#### **Contingências**

---

A Companhia está envolvida em diversas demandas perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. A atual situação financeira da Companhia somada ao grau significativo de imprecisão inerente às estimativas e ao julgamento por parte da administração faz das contingências um principal assunto de auditoria.

#### **Débitos tributário**

---

A Companhia mantém registros dos débitos tributários reconhecidos na Procuradoria Geral da Receita Federal (PGFN), além de outros órgãos municipais e estaduais. A falta de recolhimento da carga tributária somada a multas e encargos representa no balanço da Companhia boa parte de sua obrigação.

#### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

---

Analizamos os laudos de avaliação contratados pela administração e questionamos os registros contábeis por comparação do valor dos bens do ativo imobilizado com a recuperabilidade do valor apurado. Nossos trabalhos revelaram que os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado.

#### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

---

Analizamos as respostas obtidas dos assessores jurídicos internos e contratados pela Companhia, avaliação das premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias. Nossos trabalhos revelaram que as premissas utilizadas estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado.

#### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

---

Analizamos os débitos declarados e não pagos apresentados na Procuradoria Geral da Receita Federal (PGFN), além de analisar e questionar os controles da Companhia para conciliação e registro deste. Além disto a Companhia vem trabalhando junto com a procuradoria da Receita Federal Brasileira (RFB) para o parcelamento de seus débitos e aproveitamento de prováveis descontos já sinalizados pela procuradoria através de carta endereçada a Companhia, o que contribuirá para reduzir os prejuízos acumulados da Companhia. Nossos trabalhos revelaram que as conciliações, premissas e atualizações utilizadas estão razoavelmente consistentes com as práticas de mercado e contábil.



## **Outros assuntos**

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Demonstrações financeiras comparativas do exercício examinadas por outro auditor independente

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação foram submetidas a procedimentos de auditoria por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com abstenção de opinião datado de 26 de junho de 2020, e continham as seguintes abstenções: (i) Ausência de auditoria nas empresas controladas Penta Participações e Investimentos Ltda. e Innovida Participações S.A.; (ii) Não apresentações dos papéis de trabalho da auditoria realizada em empresas coligadas; (iii) Falta de teste de realização dos ativos imobilizados e intangíveis das controladas IESA Óleo e Gás S.A – Em Recuperação Judicial e IESA Tecnologia e Transportes S.A.; e (iv) Limitação das transações contábeis ativa e passiva, relativo ao contrato de fornecimento pela empresa controlada IESA Óleo e Gás S.A. para o seu cliente Tupi BV/Petrobras. Essas abstenções foram regularizadas no exercício de 2020. Ainda, o relatório do auditor anterior apresentou e foram mantidas em nosso relatório de auditoria, as seguintes ressalvas: (i) Limitação sobre as confirmações externas do endividamento bancário; e (ii) Falta de auditoria nos consórcios mantidos na controlada IESA Óleo e Gás S.A. Por fim, as ênfases apresentadas pelo auditor anterior, (i) Contabilização da redução de multas e juros relativo aos débitos tributários, foi regularizada no exercício de 2020 pela Companhia, já a ênfase (ii) transações com partes relacionadas, foi mantida em nosso relatório de auditoria do exercício de 2020.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto SP, 08 de julho de 2021.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, no uso de suas atribuições legais, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2020. Nos termos do inciso II do artigo 63, da lei nº 6.404/76 e com base nos exames efetuados e considerando, ainda, a opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras dos auditores externos BLB Auditores Independentes, datado de 08 de julho de 2021, bem como as informações e esclarecimentos que os mesmos prestaram, devem ser consideradas as informações complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos de opinião com ressalvas e ênfases apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados, a saber: **Base para opinião com ressalvas: 1. Limitações do escopo da auditoria. 1.1 Limitação de confirmações externas de endividamento bancário. 1.2 Não auditoria nos consórcios e dos custos dos serviços prestados e despesas incorridos e reconhecidos na controladora IESA Óleo e Gás – em Recuperação Judicial; Incerteza relevante referente a continuidade operacional; Ênfase: Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas; Principais assuntos de auditoria: Impairment dos Ativos Imobilizado e Intangível. Contingências. Débitos tributário.; Outros Assuntos: Demonstrações do valor adicionado. Demonstrações financeiras comparativas do exercício examinadas por outro auditor independente; Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor.** Os conselheiros opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas.

Curitiba, 15 de julho de 2021

Adrian Monge Jara

Rubens Gerigk

Sergio Tomaz Crestani

## Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

### DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, centro, centro na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Curitiba, 15 de Julho de 2021.

Irajá Galliano Andrade

Diretor Administrativo

Manacésar Lopes dos Santos

Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente.

## DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, centro, centro na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram e discutiram o parecer dos auditores independentes, e declaram que compreendem os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia está conseguindo realizar parte de seus ativos e com esses recursos estão liquidando as obrigações do plano de recuperação judicial, há também uma previsão de parcelamento, e por consequência, a redução significativa dos débitos tributários, no que tange a multas e juros incorridos, e esses fatores somados, à medida que forem efetivados, contribuirão para o retorno da operação do seu parque fabril”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes BLB , a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Curitiba, 15 de julho de 2021.

Irajá Galliano Andrade

Diretor Administrativo

Manacésar Lopes dos Santos

Diretor de Relações com Investidores